ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

ATA N.º 03 / 2018

..... Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito realizou-se na Sala de Atos do Teatro Municipal de Bragança, em Bragança, pelas quinze horas, a terceira sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM). .....

..... **FALTAS E SUBSTITUIÇÕES:** .....

Pedro Aboim Pinto – Substituído por **Francisco Gilberto Bernardes**.....

Emílio José Meireles Almendra – Faltou .....

QUÓRUM-Verificada, pela Mesa, a existência de quórum - vinte e sete membros- deu-se início à sessão, com a seguinte ordem de trabalhos:.....

..... **PONTO UM - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;**.....

..... **PONTO UM PONTO UM** – ATA: LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO; .....

..... **PONTO DOIS – PERÍODO DA ORDEM DO DIA;** .....

..... **PONTO DOIS PONTO UM-** INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA CIM-TTM; .....

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS** –ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL-ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOIS MIL E DEZANOVE/DOIS MIL E VINTE E DOIS E AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL; .....

..... **PONTO DOIS PONTO TRÊS-** ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL-REVISÃO AO ORÇAMENTO DE DOIS MIL E DEZOITO.....

PONTO DOIS PONTO QUATRO – OUTROS ASSUNTOS .....

..... **FOI COLOCADA A VOTAÇÃO A RATIFICAÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES** .....

..... **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**.....

.....

..... **PONTO UM PONTO UM** – ATA: LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO.....

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA SESSÃO RELATIVA À ATA EM APRECIAÇÃO** .....

.....

..... **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** .....

.....

..... **PONTO DOIS PONTO UM-** INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA CIM-TTM .....

..... **PRIMEIRO SECRETÁRIO (RUI CASEIRO)** – Iniciou a intervenção fazendo uma breve abordagem às principais atribuições da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e referindo também que, neste âmbito, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes foi reconhecida pela Comissão Diretiva do Norte 2020 como Organismo Intermédio (OI), ficando com a responsabilidade de análise das candidaturas de outros beneficiários, apresentadas no âmbito das operações contempladas no PACTO. .....

Sendo assim, disse que, nesta fase intermédia do Quadro Comunitário, é importante dar nota da evolução da execução dos apoios comunitários. Começou por referir que, no âmbito da aplicação dos Fundos Comunitários contemplados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes (PDCT) e no decurso da abertura de diversos Avisos nas diferentes Prioridades de Investimento (PI), as diversas candidaturas submetidas pelos municípios, pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e por outros beneficiários elegíveis, atingiram o grau de compromisso de cinquenta por cento, à data de trinta de novembro de dois mil e dezoito, passando a elencar o ponto de situação de cada uma das Prioridades de Investimento: .....

Referiu que, no que diz respeito à Prioridade de Investimento dois ponto três - Aplicação de Tecnologias de Informação e Comunicação - foram submetidas e aprovadas a quase totalidade das candidaturas, contemplando um significativo investimento em Infraestruturas de armazenamento de dados e aplicações informáticas, de forma a dotar os serviços municipais com maior e melhor capacidade para implementar os serviços online e dar melhor resposta às solicitações dos munícipes. Referiu, ainda, que no que

concerne à modernização administrativa e tendo em vista a aproximação dos serviços aos cidadãos serão entregues, durante o presente mês, nove viaturas elétricas que constituirão o Balcão Móvel ao Cidadão que permitirá prestar todos os serviços municipais e públicos, no meio rural. Trata-se de um projeto piloto a nível nacional, que será apresentado publicamente no início do ano de dois mil e dezanove. .....

No que diz respeito à Prioridade de Investimento quatro ponto três – Eficiência Energética nas infraestruturas públicas - disse que o Aviso foi publicado tardiamente e ainda se encontra aberto, no entanto, salientou que todos os municípios já submeteram candidaturas cuja execução vai ocorrer no ano de dois mil e dezanove, tendo sido privilegiado o investimento na Iluminação Pública com tecnologia Led. .. ..

Referindo-se às Prioridade de Investimento oito ponto três e oito ponto oito – Sistema de Incentivos ao Emprego e ao Empreendedorismo (SI2E) - mencionou que o Aviso foi aberto em 2017 e que o número de candidaturas ultrapassou em muito as dotações disponíveis, nomeadamente nos fundos FEDER e continuou afirmando que os processos têm tido atrasos devido a diversas indefinições na metodologia de avaliação das candidaturas. Deu conta do número de candidaturas submetidas, dizendo que, na primeira fase foram admitidas trinta e seis candidaturas e, na segunda, sessenta e sete. Salientou que para um montante FEDER disponível de 32 675 854€ as candidaturas apresentadas ascenderam a 10 657 000€, referindo existirem boas expectativas para encontrar uma solução através da reprogramação do Portugal 2020. .....

Ao nível da Prioridade de Investimento nove ponto um- Inclusão Ativa CEI e CEI+- referiu que o beneficiário das candidaturas é o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e que o investimento tem sido aplicado conforme as necessidades. .....

No que concerne à Saúde e Infraestruturas Sociais, Programa de Investimento nove ponto sete, informou que o prazo do Aviso terminou no dia trinta de novembro de dois mil e dezoito, tendo sido, previamente, identificadas pelos municípios (mapeadas) as operações a candidatar pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, as quais foram todas submetidas encontrando-se, atualmente, em fase de análise. .....

Abordando a Prioridade de Investimento dez ponto um – Abandono Escolar – transmitiu que foi elaborado um Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) compreendendo vinte e dois projetos: sete de carácter transversal, da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal, e quinze de natureza municipal da responsabilidade dos municípios. Salientou que este Plano foi elaborado

com o envolvimento de todos os intervenientes do setor da educação e reveste-se da maior importância para o futuro da região e prosseguiu dando nota de que a apresentação pública regional se realizou no dia sete de maio, em Macedo de Cavaleiros, com a presença do Secretário de Estado da Educação e que foram também efetuadas apresentações a nível municipal para dar a conhecer, junto da comunidade educativa, as ações integrantes do Plano. Referiu que todas as candidaturas foram aprovadas e encontram-se na fase de início da sua implementação, tendo-se procurado que o arranque coincidisse com o início do ano escolar. Deu nota ainda de que o Plano será desenvolvido ao longo de três anos e esperam-se resultados significativos. .....

Ao nível da Prioridade de Investimento dez ponto cinco – Infraestruturas de Educação e Formação- referiu que foram submetidas todas as candidaturas pelos municípios para investimentos nas Escolas, de acordo com o mapeamento aprovado no Pacto. .....

Referindo-se à Prioridade de Investimento zero três, ponto M zero quatro – Regadios Tradicionais e Segurança de Barragens - disse que foram apresentadas a quase totalidade das candidaturas, estando prevista a execução em dois mil e dezanove. .....

Aludindo à Prioridade de Investimento cinco ponto dois – Infraestruturas de Proteção Civil - deu nota de que foram aprovadas todas as candidaturas, dos municípios e da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. Neste campo, salientou que o investimento da Comunidade Intermunicipal consistiu na instalação de um Sistema de Apoio à Decisão Operacional compreendendo a instalação de três câmaras de vídeo vigilância nas Serras da Castanheira, Bornes e Nogueira. Destacou que este é o único projeto do género implantado a norte de Leiria. .....

No que concerne à Prioridade de Investimento seis ponto um – Sensibilização e educação ambiental- transmitiu que a empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste tem a responsabilidade de efetuar ações de sensibilização no setor dos resíduos. .....

Quanto à Prioridade de Investimento nove ponto quatro– Envelhecimento Ativo- informou que ainda não foi aberto o Aviso. .....

Prosseguiu a intervenção referindo que a monitorização da aplicação dos fundos comunitários na região Norte é acompanhada, em reuniões regulares, entre os secretariados executivos das Comunidade Intermunicipais e Área Metropolitana do Porto com os Secretariados Técnicos do Norte 2020. Ainda no âmbito da aplicação de Fundos Comunitários não previstos no Pacto, mas aprovados em outras tipologias

no Norte 2020, disse ter-se registado a submissão de candidaturas no programa Provere – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos. Quanto ao Sistema de Apoio às Ações Coletivas (SAAC´s), informou que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes tem em execução três candidaturas: Internacionalização; Qualificação e Espírito Empresarial e continuou fazendo uma breve descrição das ações desenvolvidas no âmbito destas candidaturas. Relativamente ao projeto de "Internacionalização" e abordagem a mercados prioritários para os recursos endógenos e turísticos das Terras de Trás-os-Montes, informou que está a ser delineada uma estratégia regional tendo em vista a internacionalização desses recursos (produtos endógenos e turismo), dando conta de que, nos dias dezanove e vinte de julho, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes promoveu a realização de uma visita a três exemplos de boas práticas a nível nacional. Disse que, esta ação incluiu a visita a clusters agroindustriais que desenvolvem trabalho no âmbito da valorização, inovação, desenvolvimento de produto e comercialização a nível nacional e internacional, nomeadamente: o Inovcluster e o Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar (CATAA), em Castelo Branco, o Tagus Valley, em Abrantes e a Portugal Foods, na Maia. Nesta visita, participaram responsáveis políticos/técnicos municipais, representantes de Associações/Agrupamentos de Produtores e Cooperativas locais, concluiu. .....

Deu nota de que com o objetivo de conhecer a inovação no setor agroalimentar a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes promoveu a realização de uma ação de benchmarking internacional, que compreendeu a visita ao Salão Internacional de Alimentação em Paris, nos dias vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro de outubro. Participaram na visita quinze responsáveis de empresas do setor alimentar dos nove municípios da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. .....

No que diz respeito ao projeto da "Qualificação" informou que teve lugar, no período de vinte e cinco a vinte e oito de setembro, uma ação de benchmarking aos Açores promovida pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. A iniciativa teve como principal objetivo conhecer o processo de desenvolvimento da marca Açores e a estratégia adotada para o seu sucesso. Tratou-se de uma visita técnica que permitiu trocar experiências, contactar com promotores da marca, empresas e empresários, bem como constatar no terreno os benefícios da criação de uma marca territorial e as formas de replicar as boas práticas no território das Terras de Trás-os-Montes. A visita de quatro dias às Ilhas Terceira e S. Miguel contou com uma comitiva constituída por responsáveis políticos e técnicos da

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, dos Municípios e das Associações de Desenvolvimento Local da região. A delegação foi recebida pelo Vice-presidente do Governo Regional dos Açores, Sérgio Ávila, numa receção onde também estiveram presentes os Presidentes da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, José Gabriel de Meneses, e da Praia da Vitória, Tibério Dinis, bem como os administradores da Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores (SDEA), entidade gestora da "Marca Açores". Do programa fizeram também parte ações de formação ministradas pela SDEA, sobre os princípios e procedimentos em que assenta a estratégia da "Marca Açores", informou. Ainda no âmbito desta candidatura, disse que foi desenvolvido o procedimento de concurso público de ideias para a criação da "marca" de promoção territorial das Terras de Trás-os-Montes, tendo já sido selecionada a logomarca. Informou que, no âmbito do Projeto "Promoção do Espírito Empresarial, está a ser ultimada a construção de uma Plataforma de Promoção do Espírito Empresarial da região, que tornará possível promover as incubadoras e zonas empresariais, a oferta de espaços e as condições de acesso, as empresas e o comércio eletrónico, a oferta e procura de emprego, a logística associada ao transporte de mercadorias, os requisitos do licenciamento das empresas e as linhas de financiamento disponíveis. Ainda no que diz respeito aos Fundos Comunitários, referiu que os municípios são beneficiários em projetos de reabilitação urbana, de mobilidade urbana sustentável e de apoio à comunidade desfavorecida através dos Programas PARU, PAMUS e PEDU e continuou dizendo que para além das atividades relacionadas com a implementação das diferentes candidaturas no período compreendido entre a realização da última sessão da Assembleia Intermunicipal e a atual, destacam-se as seguintes atividades: .....

-No setor dos Transportes e no âmbito da aplicação do Novo Regime Jurídico do Serviço de Transporte Público de Passageiros, a realização de reuniões em todos os municípios tendo em vista a elaboração do Caderno de Encargos para definir a rede de transporte público de passageiros a partir de quatro de dezembro do ano de dois mil e dezanove. .....

- No setor das águas e saneamento a discussão/debate desta temática em todas as reuniões do Conselho Intermunicipal com o objetivo de consolidar uma estratégia coletiva de gestão do setor "em baixa" e também "na alta". Foi efetuada uma reunião com o Secretário de Estado do Ambiente, no dia dezanove de abril, na sede da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, para avaliação e discussão da gestão integrada dos sistemas de abastecimento de água e saneamento em baixa e em alta. O Secretário de

Estado assumiu e já criou um grupo de trabalho para estudar a integração dos sistemas de abastecimento de água e saneamento em alta. No dia dezoito de setembro, foi realizada uma reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal para análise do processo da gestão agregada do setor da água e do saneamento no território da Comunidade Intermunicipal para definição da metodologia a seguir para a elaboração de uma candidatura ao Aviso POSEUR aberto para o efeito. .....

- No decurso do período de discussão pública da proposta do Plano Nacional da Politica de Ordenamento do Território (PNPOT) a CIM apresentou os contributos, que abaixo se transcrevem: .....

"CONTRIBUTOS PARA O PNPOT .....

Atualmente encontra-se em discussão pública o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), que pretende constituir-se como um instrumento de topo do sistema de gestão territorial, ondes estão definidos objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelecer o modelo de organização do território nacional. De acordo com o documento, foram seguidos os princípios da coesão territorial, considerado o Diagnóstico Estratégico e a necessidade de gerir as tendências territoriais previsíveis identificadas, donde resultou a identificação de 5 grandes desafios territoriais a que a política de ordenamento do território deverá dar resposta nas próximas décadas: D1 - Gerir os recursos naturais de forma sustentável; D2 - Promover um sistema urbano policêntrico; D3 - Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial; D4 - Reforçar a conetividade interna e externa; D5 - Promover a governança territorial. Neste sentido, reunido o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes no dia 13 de junho de 2018, consciente da importância do documento, efetuou uma análise crítica do mesmo, pelo que solicitam a inclusão dos seguintes contributos no citado documento, que se centram fundamentalmente no desafio D4 - Reforçar a conetividade interna e externa: Como é referido no documento, «num cenário de perda demográfica e envelhecimento da população, a cooperação interurbana e rural-urbana pode promover as regiões economicamente mais frágeis e fortalecer a sua resiliência». A este nível, entende a CIM das Terras de Trás-os-Montes que é de importância inequívoca a melhoria das seguintes ligações rodoviárias: Ligação entre Vinhais e Bragança e a Ligação entre Vimioso e Bragança. Pelo que solicita que sejam incluídas no mapa do sistema de conectividade e consequentemente nos planos de investimentos que daqui resultarem. No campo da conectividade no espaço ibérico, europeu e global, bem como na conetividade digital, que assume uma importância crescente no desenvolvimento atual e

futuro, solicitam a inclusão de ligações e vias de comunicação consideradas estruturantes para as Terras de Trásos-Montes. A CIM pretende ver inscrita no Programa as ligações internacionais do IC5 a Espanha e a ligação de Bragança à Puebla de Sanábria (Espanha). Considera também fulcral a criação de um aeroporto regional de Trás-os-Montes, em Bragança, sem serviço internacional regular. Ainda no campo das comunicações é também importante a construção de um corredor 8 ferroviário entre o porto de Leixões e Zamora e a criação de um centro de logística regional, atendendo que esta região se encontra numa localização estratégica face à europa. Ao nível das comunicações digitais, solicitam que seja considerado o reforço e melhoria da cobertura de rede de banda larga, comunicações móveis e televisão digital terrestre. Estes investimentos são considerados fundamentais para dinamizar a economia local e inverter a tendência decrescente da curva demográfica registada no território." .....

Prosseguiu a apresentação transmitindo que as entidades intermunicipais do Norte (CIM e a Área Metropolitana do Porto) têm reunido regularmente para concertar posições sobre assuntos comuns. Neste âmbito, foi elaborada uma proposta sobre a reprogramação do Norte 2020, que foi aceite pelo Governo. Foram, ainda, consensualizadas posições relativas a: Concessões de energia em baixa tensão; Financiamento das Entidades Intermunicipais; Transferências de verbas para as CIM e Encerramento das estações dos CTT. Foi organizado um fórum, no Porto, subordinado aos temas Ambiente, Energia, Mobilidade e Transportes do qual resultou um documento conjunto, contendo os principais investimentos para o PNI 2030, entregue ao Governo. Desse documento, constam os principais investimentos que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes entende como prioritários para a região e que foram entregues ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas como contributos na fase de consulta pública que decorreu até fim de setembro e cujo conteúdo passou a ler: *"PLANO NACIONAL DE INVESTIMENTOS 2030 (Auscultação pública) CONTRIBUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES (CIM-TTM) O Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030) é um instrumento de planeamento que define os investimentos estratégicos do País para a próxima década, com incidência na Mobilidade e nos Transportes, fatores-chave para a competitividade externa e para a coesão interna do País, e que estão intrinsecamente ligados ao Ambiente e Energia, pelos desafios das alterações climáticas, da descarbonização e da transição energética. O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2014-2020 PETI 3+ aprovado em 2014 contemplou um conjunto de investimentos em infraestruturas, para execução*

até final desta década, considerados prioritários para o País. No designado Corredor Internacional Norte, nenhum investimento foi previsto neste Plano para a sub-região NUTS III Terras de Trás-os-Montes. O balanço da implementação do PETI 3 demonstra que Portugal, a nível da rodovia, possui uma Rede Rodoviária Nacional (RRN) de elevada qualidade (3º lugar na Europa e 8ª no mundo) mas 9 subsistem zonas que necessitam de intervenção colocando-se desafios de manutenção da RRN na próxima década, existem lacunas pontuais de acessibilidade rodoviária à escala das ligações locais e regionais e o setor dos transportes é excessivamente dependente do transporte rodoviário e responsável por 25% das emissões nacionais de CO2 equivalente. A nível da ferrovia a cobertura e a qualidade da Rede Ferroviária Nacional é inferior à média europeia e um dos países da EU com menor densidade de infraestrutura rodoviária. O eixo estratégico do PNI 2030 - Acessibilidade Equitativa - prevê suprir carências de acessibilidade, aumentando equidade no acesso aos sistemas de transporte, através de fechos de malha e ligações de proximidade às redes estruturantes. O eixo estratégico - Mobilidade Sustentável – procura impulsionar a sustentabilidade do setor dos transportes, promovendo inovação tecnológica, descarbonização e padrões acrescidos de eficiência. O eixo estratégico – Conetividade Alargada - tem por objetivo alargar a conetividade externa, potenciando e distribuindo territorialmente as oportunidades criadas pelo posicionamento geográfico do país, através do reforço das infraestruturas de conexão internacional e das suas ligações intra e intermodais ao resto do território nacional. O eixo estratégico – Infraestruturas Resilientes - tem por objetivo preservar, robustecer e rentabilizar redes existentes, assegurando funcionalidade, desempenho e segurança introduzindo flexibilidade e resiliência para fazer face a incertezas, incluindo as geradas pelas alterações climáticas. A sub-região das Terras de Trás-os-Montes tem uma localização privilegiada, na região Norte, face à Europa (destino de 74% das exportações portuguesas) podendo assumir-se como a principal porta de entrada e saída do País de pessoas e de mercadorias. No lado espanhol, junto à fronteira, existe um conjunto de infraestruturas de mobilidade e transportes, Rede ferroviária de Alta Velocidade e uma rede de autoestradas que ligam as principais cidades espanholas (A52, A6 e A66 e A11) que induzem a criação de um corredor internacional que ligue a cidade do Porto e a região Norte ao norte da Europa. Considera-se como de fulcral importância para o desenvolvimento socioeconómico de um qualquer território a existência de boas vias de conetividade interna e externa nas diferentes tipologias (rodoviário, ferroviário, aéreo e digital). Neste contexto, a CIM-TTM constituída pelos municípios de Alfândega da Fé, Bragança,

Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, considera de fulcral importância para o futuro desta região a execução de infraestruturas estratégicas que melhorem a conetividade interna e externa, determinantes para o desenvolvimento da economia regional, tendo deliberado, por unanimidade, em reunião do Conselho Intermunicipal realizada no dia 12 de setembro, em Mogadouro, propor ao Governo a inclusão *no PNI 2030 de diversos investimentos relacionados com os temas da Mobilidade e Transportes, da Energia e do Ambiente e alinhadas com os quatro eixos estratégicos do PNI acima referidos. Assim, no âmbito da Mobilidade e Transportes o PNI 2030 deverá contemplar os seguintes investimentos: - Melhoria das ligações rodoviárias entre Vimioso e Bragança e entre Vinhais e Bragança (Acessibilidade Equitativa - fecho de malha/ligações de proximidade às redes estruturantes). - Conclusão do IC5 com a ligação a Espanha (Conetividade Alargada – conexão internacional) - Conclusão do IP2 com a ligação de Bragança à Puebla de Sanábria/Espanha (Conetividade Alargada – conexão internacional). - Construção de uma ligação entre Macedo de Cavaleiros - Vinhais – Godinha/Espanha com perfil de IP (Conetividade Alargada – conexão internacional). 10 A nível do setor aeroportuário a região dispõe de três aeródromos municipais. Propõe-se que o aeródromo de Bragança evolua para o Aeroporto Regional de Trás-os-Montes, dada a importância que pode representar no contexto da intermodalidade de transportes, a situação a meia distância dos aeroportos internacionais do Porto e de Valladolid, todas as certificações para operações noturnas e diurnas e poder assumir-se como um elemento diferenciador de competitividade e potenciador do desenvolvimento futuro na perspetiva do transporte aéreo, da logística, da atividade industrial e de serviços, nomeadamente como escola de formação e de manutenção de aeronaves, oportunidade para voos charter dedicados ao turismo. A ferrovia é o meio de transporte do futuro nomeadamente para o transporte de mercadorias, (região Norte a mais exportadora), contribui para a descarbonização e surge como uma oportunidade de criar corredores de aproximação dos principais portos de mar do norte Portugal e do norte de Espanha pelo que se propõe a inclusão no PNI 2030 a Construção de um corredor ferroviário entre o porto de Leixões e Zamora. - A existência dos diferentes meios de transporte na região requer a criação de um Centro de Logística regional que integre os modos rodovia/ferrovia/aérea. - Para melhorar a competitividade e a coesão interna e externa propõe-se a nível das comunicações digitais o reforço e melhoria da cobertura da rede de banda larga, comunicações móveis e televisão digital terreste. A sub-região das Terras de Trás-os-Montes é uma das maiores produtoras de*

eletricidade do país pelo que se propõe, no âmbito da Energia – Distribuição, armazenamento e transporte que seja prevista a criação de um Centro de Armazenamento de Energia. No âmbito do Ambiente as metas a atingir nos próximos anos serão cada vez mais exigentes e a mudança será cada vez mais acentuada tendo em conta as alterações climáticas. A nível dos resíduos sólidos urbanos, novos equipamentos serão necessários na próxima década, que requerem investimentos significativos, pelo que se propõe que o PNI 2030 comtemple os investimentos relacionados com a criação de sistemas de recolha de biorresíduos, a reconversão das Unidades de Tratamentos Mecânicos e Biológicos e aumento de capacidade para a reciclagem multimaterial e de embalagens." .....

Neste campo, informou que os investimentos defendidos pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes como prioritários para a região foram apresentados ao Governo, numa reunião presidida pelo Primeiro-Ministro António Costa, com a presença dos Ministros da Economia e do Planeamento e Infraestruturas, Siza Vieira e Pedro Marques e do Secretário de Estado da Valorização do Interior, João Paulo Catarino. A reunião antecedeu a Cimeira Ibérica realizada, nesse dia, em Valladolid, e contou com a presença dos Presidentes de Câmara dos municípios das Comunidades Intermunicipais do Alto Tâmega, do Douro e das Terras de Trás-os-Montes, informou. .....

Ainda no âmbito das reuniões mantidas com responsáveis governamentais referiu que, por solicitação da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, realizou-se, no dia três de setembro, em Lisboa, uma reunião com o Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Dr. Capoulas Santos, para conhecimento da política do Ministério da Agricultura para o setor do regadio e discussão de outros assuntos como a falta de inspetores sanitários na região e a sustentabilidade do Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos; disse também que o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes deliberou proceder à elaboração de um Plano Estratégico para o regadio na região, tendo em vista o acesso a fundos comunitários no próximo período de programação. .....

Prosseguiu dizendo, que no dia nove de outubro a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes reuniu com a presidência da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) e com o Secretário de Estado das Infraestruturas para análise e discussão de vários assuntos, com destaque para o processo de encerramento das estações dos CTT e também para o processo de resgate da concessão de exploração do Itinerário Complementar número Cinco. A propósito da proposta de encerramento de

algumas estações dos CTT, informou que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes apresentou uma Providência Cautelar junto do Tribunal Administrativo de Mirandela. .....

Disse, também, que, no período em referência, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes promoveu várias ações de formação destinadas aos trabalhadores dos municípios em áreas relacionadas com novas aplicações e procedimentos que são de aplicação obrigatória em todos os municípios, nomeadamente: .....

- No dia vinte de setembro, em Bragança e no dia vinte e três em Mirandela, uma sessão de formação sobre o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP) destinada aos técnicos dos municípios, incidindo na aplicação e nos procedimentos de conversão de POCAL em SNC-AP. A formação esteve a cargo da empresa Medidata. .....

- Realização de duas sessões de arranque do processo de implementação do Regulamento da Proteção de Dados (RPD) destinada aos responsáveis políticos, dirigentes, chefias e outros técnicos dos municípios. No dia vinte e sete de junho decorreu em Vila Flor a sessão para os municípios de Alfândega da Fé, Mirandela e Vila Flor e no dia cinco de julho decorreu a sessão em Bragança, tendo participado os representantes dos municípios de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais, disse. .....

- Na sequência da aquisição de uma Plataforma de Gestão de Canis (PETCARE) efetuada pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes para ser implementada nos canis municipais e intermunicipais da região, foi realizada, no dia treze de abril, em Vimioso, uma ação de formação com o objetivo de habilitar os potenciais utilizadores da Plataforma nomeadamente os Médicos Veterinários e os técnicos que estão envolvidos no funcionamento dos três canis da região (terra quente, terra fria e Vinhais), referiu. .....

- No dia cinco de junho, realizou-se, em Mirandela, uma ação de informação e sensibilização para os técnicos dos municípios ligados ao desporto relacionada com a implementação da Carta de Desportiva Nacional. A ação decorreu a pedido do Instituto Português de Desporto e Juventude (IPDJ), transmitiu. ...

- Ainda no setor da formação, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes organizou em colaboração da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) uma ação de formação sobre a Vespa Velutina realizada no dia dezoito, em Mirandela. Participaram cerca de noventa pessoas da região

provenientes dos municípios, corporações de bombeiros, associações de produtores e produtores de mel, concluiu. .....

Continuou a apresentação das atividades desenvolvidas dizendo que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes procurou assegurar a participação em diversos eventos/certames considerados importantes na promoção e valorização do território das Terras de Trás-os-Montes, que passou a enumerar: .....

- Participação na 15ª Terra Flor – Feira de Produtos e Sabores. De Vila Flor, com instalação do Stand da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; .....

- Participação nas Comemorações do dia de S.Martinho, no dia onze de novembro, no décimo quarto Bairro de Paris; explicou que a Festa de S. Martinho e da Castanha decorreu na praça em frente à Câmara Municipal do décimo quarto Bairro e que é promovida pela Associação de jovens luso-descendentes CAP Magellan com o apoio do município; .....

- Participação na décima sétima Feira Internacional do Norte – Norcaça, Norpesca e Norcastanha com instalação do Stand da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; .....

- Visita à INTUR – Feira Internacional de Turismo de Interior, no dia vinte e três de novembro, referindo que esta visita teve como objetivo avaliar a presença da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes em edições futuras. .....

Concluiu a intervenção dando conta de que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes procedeu à edição do VOL XXXIV – XXXV (2016/2017) da Revista de Cultura BRIGANTIA, dizendo que este número foi dedicado ao 150º Aniversário do Nascimento do Abade de Baçal e que a apresentação pública decorreu no Museu Abade de Baçal no dia vinte e dois de abril de dois mil e dezoito. .....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Usou da palavra para transmitir à Assembleia Intermunicipal que, com o objetivo de perceber as pretensões do Governo para a área da saúde no território, foi realizada uma reunião com o Ministro da Saúde, Secretário de Estado da Saúde e INFARMED. Disse também que foi efetuado convite ao Ministro da Saúde para visitar o território, tendo, agora, devido à alteração de ministros, sido efetuado o convite à atual Ministra da Saúde. .....

Informou que, relativamente à proposta do governo para a descentralização de competências para as autarquias e entidades intermunicipais, esta vai ser debatida e analisada durante uma reunião com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, no dia quatro de janeiro, e, posteriormente, será tema de uma reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal, a realizar durante o mês de janeiro, para decisão sobre esta matéria. .....

..... Seguidamente, o Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de inscrições para esclarecimentos sobre este ponto. .....

A Mesa registou a inscrição dos Deputados Intermunicipais Camilo Morais, Jorge Dias, Pedro Santos, José Pavão e José Rodrigues. .....

..... **CAMILO MORAIS** – Interpolou o Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a razão pela qual a ligação rodoviária entre Macedo de Cavaleiros/Vinhais/Godinha não está inscrita na proposta do Programa Nacional da Politica de Ordenamento do Território (PNPOT). .....

..... **JORGE DIAS** – Iniciou a intervenção, sugerindo que seja dado conhecimento das ações de formação desenvolvidas pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes aos elementos da Assembleia Intermunicipal, dizendo que, certamente, estariam interessados em participar. .....

Manifestou satisfação pelo facto das sete Comunidades Intermunicipais do Norte do país e a Área Metropolitana do Porto terem mantido encontros regulares para concertar posições sobre assuntos de interesse comum. Neste campo, salientou a importância de revestir de carácter formal estas relações, dizendo que toda a região ficaria a ganhar. .....

..... **PEDRO SANTOS** – Começou por expressar o seu agradecimento ao Primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, pelo facto de ter explanado, de uma forma detalhada, a atividade da Comunidade Intermunicipal. .....

Solicitou esclarecimentos, ao Conselho Intermunicipal, sobre o processo de indicação/nomeação do representante da Comunidade intermunicipal no Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste. .....

..... **JOSÉ PAVÃO** – Iniciou a intervenção tecendo algumas considerações sobre o relatório de atividades, dizendo que se apresenta como um documento de projeções e promoções, mas de menor concretização. Referiu, também, que os membros da Assembleia Intermunicipal, que reúne, somente, duas vezes por ano, pretendem que este tipo de informação seja o mais objetiva e clara possível e

referenciou alguns exemplos. Aludindo à questão do combate ao insucesso escolar, referiu que seria importante ter acesso aos resultados obtidos, prossegui dizendo que no que concerne às concretizações em matéria ambiental, foram apresentadas duas linhas, no entanto, não foi transmitida informação relativamente às ações efetuadas. No âmbito das questões estratégicas para o desenvolvimento do interior, ressalvou a importância dos contactos, reuniões e visitas realizadas e quanto à questão da ligação ferroviária solicitou esclarecimentos relativamente a este projeto, destacando a importância de uma ligação ferroviária transfronteiriça, mas manifestando algumas reservas quanto à sua exequibilidade, dizendo parecer-lhe um projeto quase utópico. .....

..... **JOSÉ RODRIGUES** – Interpelou o Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a questão das barragens, perguntando se existe alguma garantia, nomeadamente por parte do Ministério da Agricultura, da sua execução no decorrer do próximo ano. .....

..... Terminado o período de esclarecimentos, o Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para resposta às questões levantadas .....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Começou por esclarecer a questão colocada relativamente à ligação rodoviária Macedo de Cavaleiros/Vinhais/Godinha, dizendo que esta ligação não constava do anterior Plano Nacional de Investimentos, estando apenas prevista a ligação do Itinerário Principal Dois de Bragança à Puebla de Sanábria. No entanto, e por proposta dos Presidentes das Câmaras Municipais de Macedo de Cavaleiros e de Vinhais, a introdução desta nova ligação enquanto investimento prioritário para o território foi consensualizada no seio do Conselho Intermunicipal. Explicou que a proposta não se apresentava consensualizada antes da elaboração do Plano, mas que já irá constar da proposta a apresentar no âmbito do Programa Nacional de Investimentos (PNI2030). .....

Quanto à nomeação do Vogal do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste, deu conta do ponto de situação deste processo, informando que na reunião do Conselho Intermunicipal realizada em Vila Flor foi consensualizado um perfil para o representante da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes neste órgão, seguidamente, na reunião de dezembro, realizada em Vinhais, foi efetuada a votação e, posteriormente, verificou-se que o nome indicado não cumpria um dos requisitos estipulados no perfil, pelo que esta questão terá que ser novamente analisada no seio do Conselho Intermunicipal, explicou. .....

No que diz respeito à efetividade das ações desenvolvidas e no que toca à educação relembrou que esta área foi assumida, por todos os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, como prioritária. Neste sentido, disse, foi efetuado um levantamento das principais necessidades e dos problemas existentes e tal foi vertido num projeto estratégico e inovador de combate ao insucesso escolar, que, tal como referiu, está agora a ser implementado no terreno. Explicou que o PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar- é um projeto delineado para três anos e que conheceu o seu arranque no presente ano letivo, dizendo que, no próximo ano, haverá condições para efetuar uma primeira avaliação dos seus resultados. .....

No que concerne às questões ambientais, disse que esta era uma área que merecia, por parte da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, especial atenção. Aludiu à reunião mantida com o Ministro da Agricultura, na qual para além das questões relacionadas com o regadio tradicional foram debatidas outras questões alusivas à necessidade de novas barragens para mitigar as consequências que o aquecimento global e consecutivos períodos de seca têm tido no território. A construção de novos regadios no território é uma das propostas que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes quer ver incluída no 2030, afirmou. .....

Concluiu a intervenção aludindo à importância do investimento nas redes rodoviárias, aeroportuárias e também ferroviárias no território. Disse que a definição das prioridades de investimento resultou de uma discussão alargada não só no seio da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, mas também com as outras entidades intermunicipais no Norte do país. Fazendo referência ao corredor ferroviário entre o Porto de Leixões e Zamora, disse tratar-se de um investimento estratégico e de crucial importância para a região Norte e que o que está a ser reivindicado, atualmente, pela região é que, no Programa Nacional de Investimentos, conste a realização de um estudo neste campo. Neste âmbito, transmitiu também preocupação pelo facto de nas propostas apresentadas não existir uma visão integrada do Norte, mas o que existe é um somatório do Norte com o Centro do país, o que é prejudicial para toda a região e, consequentemente, para as Terras de Trás-os-Montes; prosseguiu dizendo que esta visão é inaceitável e que cabe a todos a defesa de uma outra perspetiva e, neste campo, toda a região Norte está alinhada. Referiu, também, que podem muitos considerar que estas propostas são meramente teóricas, mas, disse que a preocupação, neste momento, é inscrever todas as necessidades e reivindicações da

região nos documentos, sob pena de não serem contempladas no próximo Quadro Comunitário de Apoio e no Plano Nacional de Investimentos (2030). .....

..... Seguidamente, foi concedida a palavra ao Primeiro Secretário para resposta às questões levantadas relativamente às barragens e à formação. .....

..... **PRIMEIRO SECRETÁRIO (RUI CASEIRO)** – Referiu que relativamente ao investimento no regadio existem, no Pacto, um conjunto de investimentos mapeados na área da segurança das barragens e deu como exemplos os casos de Gostei, Parada, Mirandela e Vale da Vilariça. Salientou que estes investimentos são da responsabilidade da Direção Regional de Agricultura e Pescas ou da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, ou seja, tal como referiu, a sua execução é da responsabilidade destas entidades. Prosseguiu, afirmando que, para além destes investimentos, estão definidos outros relacionados com os regadios tradicionais em freguesias do concelho de Vinhais, Bragança, Vimioso e Mirandela. Disse tratarem-se de investimentos que foram definidos para serem executados no âmbito deste quadro comunitário. .....

No que concerne à questão levantada relativamente à formação, esclareceu que algumas formações são de natureza interna, relacionadas com a atividade municipal e por conseguinte destinadas a técnicos e dirigentes municipais. Disse que, de facto, outras têm envolvência externa e neste sentido referiu ter tomado boa nota da sugestão do Deputado Intermunicipal Jorge Dias e que tal será tido em conta aquando da realização de ações destinadas a públicos externos. .....

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** – Informou a Assembleia que a discussão deste ponto continuava em aberto, tendo a Mesa registado a inscrição do Deputado José Pavão. .....

..... **JOSÉ PAVÃO** – Começou por agradecer ao Presidente do Conselho Intermunicipal a exposição efetuada, mas não deixou de continuar a manifestar algumas reservas relativamente à exequibilidade do investimento num corredor ferroviário na região. Reforçou a posição manifestada relativamente à questão ambiental, dizendo que esta vai muito além dos assuntos relacionados com a seca ou o regadio, questionando, novamente, sobre as ações desenvolvidas no âmbito da educação ambiental e do envolvimento das forças de segurança como a Guarda Nacional Republicana nesta matéria e continuou interpolando o Presidente do Conselho Intermunicipal sobre os objetivos e a eficácia do Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional em funcionamento.

..... O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para resposta às questões levantadas.....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Iniciou a intervenção destacando o trabalho realizado pela Resíduos do Nordeste no campo ambiental, nomeadamente no que diz respeito à educação ambiental. Neste âmbito, fez também referência ao projeto das Associações de Municípios da Terra Fria e Terra Quente Transmontana de adaptação às alterações climáticas, esclarecendo que se trata de um projeto que visa a implementação de medidas que contribuam para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, revestindo-se também de uma componente de sensibilização e educação da população do território em matéria ambiental. .....

Relativamente ao Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional, deu nota que, de acordo com a informações da Guarda Republicana e da Proteção Civil, este sistema revelou-se muito eficaz tanto no campo da prevenção como no do combate a incêndios florestais e deu como exemplo o caso de Alfândega da Fé, um dos concelhos mais fustigados pelos incêndios no presente ano. Disse que este sistema permitiu captar o momento de deflagração do incêndio, possibilitando o destacamento imediato de meios para o local e a identificação do incendiário. Informou, também, que face à avaliação extremamente positiva do projeto é intenção da Comunidade Intermunicipal ampliar a rede, uma vez que ainda existem zonas sombra no território. .....

..... De seguida o Deputado Pedro Santos solicitou o uso da palavra, tendo-lhe sido concedida pela Mesa. .....

..... **PEDRO SANTOS** – Manifestou a sua preocupação relativamente às reivindicações efetuadas pelo território, alertando para o facto de ser necessário algum pragmatismo quando se abordam estas questões. Referiu que, do ponto de vista teórico, lhe parece apropriado defender a ideia de abrir um corredor ferroviário entre o Porto de Leixões e Zamora, enquanto motor de desenvolvimento económico e social, no entanto, fez questão de manifestar as suas dúvidas quanto à exequibilidade do projeto, suportando-se no facto do desinvestimento total que tem havido na linha férrea a nível nacional e em zonas de grande densidade populacional e continuou dizendo que lhe parece exagerado, no âmbito de um quadro comunitário, sonhar com uma linha férrea num território que de quatro em quatro anos perde dois mil habitantes. Defendeu que, num processo negocial, como o da definição dos grandes investimentos para a

próxima década, não se afigura como vantajoso reivindicar tudo, dizendo que tal pode ter o efeito contrário conferindo argumentos ao governo para nada fazer.

Terminou a intervenção solicitando esclarecimentos sobre o processo de tratamento dos resíduos de construção e demolição, uma questão que disse ter sido apontada no anterior mandato como uma das grandes necessidades a colmatar no território. .....

..... Terminada a intervenção do Deputado Pedro Santos, a Mesa registou a inscrição dos Deputados António Carção, Jorge Dias, António Fernandes e José Madalena. .....

..... **ANTÓNIO CARÇÃO** – Interveio para dar nota da sua incredulidade em relação à concretização dos investimentos reivindicados pela região, ressalvou a importância da necessidade de investir, principalmente, nas ligações rodoviárias, mas fez questão de salientar que estes investimentos têm sido sucessivamente adiados. Disse ser necessário ter maior capacidade reivindicativa junto do poder central, exigindo medidas concretas de discriminação positiva do interior, que permitam contrariar o fenómeno do despovoamento e continuou dizendo que a grande bandeira do território deve ser a sua interioridade, aludindo ao facto das desigualdades de oportunidades e acesso existentes no território. .....

..... **JORGE DIAS** – Usou da palavra para dizer que considerava que as propostas do território deviam ser ainda mais ambiciosas, afirmando que, na sua opinião, não deve existir qualquer receio em reivindicar, pois entende que é necessário pedir muito para que se possa ter alguma coisa. Este, disse, deve ser o papel da Comunidade Intermunicipal, ou seja, o de se fazer ouvir junto do poder central, até porque, tal como referiu, enquanto houver um português no distrito, nem que seja apenas um, é preciso reivindicar melhores condições para esse português. .....

..... **ANTÓNIO FERNANDES** – Manifestou a sua concordância com a posição defendida pelo Deputado António Carção, fazendo referência a medidas que se traduziriam numa discriminação positiva do território. Fez alusão ao facto de a região ser uma grande produtora de energia e as suas populações pouco ou nada beneficiarem com isso; por outro lado, disse que o poder de compra no território é muito inferior ao do litoral e as populações das Terras de Trás-os-Montes têm uma necessidade de consumo energético muito superior devido às condições climatéricas, não existindo qualquer discriminação positiva, persistindo desequilíbrios e não existindo políticas diferentes para necessidades diferentes. .....

..... **JOSÉ MADALENA** – Começou por dizer que as intervenções do Presidente do Conselho Intermunicipal e do Primeiro Secretário deixaram uma grande coleção de sonhos e prosseguiu salientando

que, de facto, é necessário começar por projetar, planear, sonhar e, se há coisas que não chegam a concretizar-se, porque fogem do alcance de todos, fruto de diversa variáveis, há outras cuja concretização está ao alcance de todos. Referindo-se em concreto às questões ambientais, disse que a sua linha de pensamento seguia a do de Deputado José Pavão, reforçando a importância da educação ambiental e de manter as questões relacionadas com a proteção do meio ambiente na ordem do dia. .....

..... O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para resposta às questões levantadas.....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Começou por esclarecer que a Resíduos do Nordeste, entidade responsável pela promoção da educação ambiental no território, é uma empresa referenciada, de grande valor para o território e que tem realizado um trabalho de excelência, que deve ter continuidade num processo de melhoria e aumento contínuo dos serviços prestados. .....

Continuou a intervenção, dando conta que a Comunidade Intermunicipal tem vindo a alertar para as desigualdades existentes no todo nacional, defendendo a existência de igualdade de oportunidades e direitos entre as populações do interior e as do litoral. Disse que tal passa também por reivindicar os investimentos tidos como fundamentais para o território e continuou afirmando que é importante construir um projeto para incluir no PNPOT e no Programa Nacional de Investimentos vinte trinta, sob pena de o território não ver nenhuma das suas necessidades inscritas nesses documentos. Tal, disse, não implica querer tudo, mas sim reivindicar aquilo que foi definido e consensualizado como prioritário para as Terras de Trás-os-Montes. .....

Informou a Assembleia de que foi constituído um grupo de trabalho transfronteiriço com o objetivo de definir uma estratégia de investimento para os territórios transfronteiriços. O trabalho que está a ser efetuado assenta em três pilares fundamentais: acessibilidades, desertificação e plano de investimentos. ...

..... **PRIMEIRO SECRETÁRIO (RUI CASEIRO)** – Solicitou o uso da palavra para dar resposta à questão colocada pelo Deputado Pedro Santos relativa aos resíduos de construção e demolição. Informou, que no âmbito da Agenda do Norte para a Economia Circular, desenvolvida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, foi efetuada uma reunião com todos os municípios do território para debater esta questão, analisar necessidades e encontrar soluções. Disse, ser entendimento da Comunidade Intermunicipal que esta solução deve passar pela Resíduos do Nordeste,

transmitindo que tudo o que seja investimento de grande monta só será possível de enquadrar no próximo quadro vinte trinta. É neste sentido que se está a trabalhar, esclareceu. .....

Ainda no âmbito do ambiente informou que foram alocados ao Pacto cem mil euros para a educação ambiental, sendo a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, a entidade intermunicipal a nível nacional que mais verba dedicou a esta questão. Esclareceu que a área da educação ambiental foi delegada na Resíduos do Nordeste, existindo o entendimento que esta seria a entidade mais vocacionada para a trabalhar. Disse que a empresa tem vindo a realizar ações de sensibilização e educação ambiental, principalmente, junto da comunidade escolar. .....

Informou, ainda, que a Resíduos do Nordeste, em conjunto com outras entidades do setor norte do país, concertaram os investimentos a incluir no Programa Nacional de Investimentos vinte trinta. Neste campo, destacou a reivindicação da construção de um sistema de recolha de bioresíduos, a reconversão da atual unidade de tratamento mecânico biológico e o aumento da capacidade para reciclagem de multimaterial. ..

Terminou a intervenção fazendo alusão ao projeto na área da recolha seletiva e triagem que a Resíduos do Nordeste viu, recentemente, aprovado. Disse, tratar-se de um investimento de quatro milhões de euros, que reflete o esforço que o território tem feito para se capacitar e responder aos desafios colocados na área ambiental. .....

..... O Deputado José Pavão solicitou o uso da palavra, tendo-lhe sido concedida pela Mesa. .....

..... **JOSÉ PAVÃO** –Solicitou esclarecimentos ao Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a natureza do grupo de trabalho transfronteiriço anteriormente referido. .....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Explicou que foram constituídas, por proposta do Comité das Regiões, associações que se designam por AECT's com o objetivo específico de construir estratégias de cooperação transfronteiriça a vários níveis e prosseguiu fazendo referência às AECT's existentes no território. .....

Referiu que existem, também, as Comissões Interparlamentares que se organizam, reunindo anualmente, para delinear modelos de cooperação no sentido de definir uma série de ações para as Cimeiras Ibéricas. Salientou que o que se tem procurado fazer é efetuar uma aproximação entre o governo da Junta de Castela e Leão, a Comissão de Coordenação e as entidades intermunicipais para definir uma política concreta para os eixos rodoviários e ferroviários. Há diferentes atores para diferentes fins, concluiu. .....

. .....

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS** –ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL-ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOIS MIL E DEZANOVE/DOIS MIL E VINTE E DOIS E AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL. .....

..... O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para explanação deste ponto. .....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Efetuou uma breve apresentação do orçamento da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes para o próximo ano, dando nota que apresenta um valor de cerca de cinco milhões e oitocentos mil euros. Fez alusão ao facto de se apresentar como um orçamento de continuidade, assente sobretudo nas metas e medidas estabelecidas no Pacto e fundamentou os atrasos verificados na execução relacionando-os com os atrasos verificados no arranque do Quadro Comunitário de Apoio, na aprovação de projetos e com o tempo que foi necessário despender para a constituição das equipas técnicas. .....

..... O Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de inscrições para esclarecimentos sobre este ponto. .....

..... A Mesa registou a inscrição dos Deputados Intermunicipais Pedro Santos, Carla Lousão, Paulo Pinto e Jorge Dias. .....

..... **PEDRO SANTOS** – Solicitou uma explicação relativamente à redação do ponto em discussão, mais concretamente no que diz respeito à autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Intermunicipal. .....

..... **CARLA LOUSÃO** – Manifestou o seu agrado pelo facto da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes ter adotado a promoção do empreendedorismo como uma das opções estratégicas para o território. Destacou a importância desta aposta, dizendo que o empreendedorismo não deve ser encarado como uma moda, mas sim como uma competência e prosseguiu referindo dois aspetos que considera relevantes neste processo, ou seja, a educação para o empreendedorismo e o desenvolvimento de um trabalho de proximidade direcionado para empreendedores jovens e adultos. Neste sentido, solicitou esclarecimentos relativamente à ação: "mapeamento e estruturação da oferta e procura de serviços de apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento empresarial", questionando se os

documentos municipais terão alguma aplicabilidade prática, constituindo-se como um apoio efetivo aos empreendedores de cada município. Solicitou, também, esclarecimentos sobre a forma como vai ser implementado nas escolas o programa de promoção do empreendedorismo, inserido no Programa Integrado e Inovador de Combate a o Insucesso Escolar. .....

..... **PAULO PINTO** – Fez uso da palavra para salientar a importância do ponto em análise, destacando a relevância do trabalho desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal para a própria atividade municipal, dizendo que, se muito do trabalho desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal está diretamente relacionado com a aplicação de fundos comunitários, este tem reflexos diretos no bem-estar da população que esta Assembleia representa, reforçando que uma grande parte dos investimentos municipais são reflexo do trabalho desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal. .....

..... **PEDRO SANTOS** – Interveio para dizer que o Deputado Intermunicipal e Vice-presidente da Assembleia Intermunicipal resumiu em poucas palavras aquilo que é a atividade da Comunidade Intermunicipal e dos próprios municípios, cada vez mais direcionada para a captação de fundos comunitários, dizendo que tal está a provocar um distanciamento crescente dos cidadãos em relação à política e da política em relação aos cidadãos e tal, referiu, tem reflexos no despovoamento que assola o território, marcando, também, o insucesso dos agentes políticos locais. .....

..... **JORGE DIAS** – Interpolou o Conselho Intermunicipal sobre a possibilidade de solicitar a presença do Primeiro Secretário nas sessões das Assembleias Municipais da área de abrangência da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. .....

..... Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para prestar os esclarecimentos necessários. .....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Começou por responder à questão colocada pelo Deputado Jorge Dias, dizendo que se assim o solicitarem não vê qualquer impedimento na presença do Primeiro Secretário nas Assembleias Municipais. .....

..... O Deputado Pedro Santos solicitou o uso da palavra, tendo-lhe sido concedido pela Mesa. . .....

..... **PEDRO SANTOS** – Propôs que o ponto em discussão fosse dividido em dois, um para votação do orçamento, outro para votar a autorização prévia. .....

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** - Manifestou a sua concordância relativamente à proposta efetuada pelo Deputado Pedro Santos, uma vez que pode haver intenções de voto diferentes

relativamente aos assuntos em discussão. Informou que se iria prosseguir a análise e discussão do orçamento e plano plurianual de investimentos, conferindo, por solicitação do Presidente do Conselho Intermunicipal, a palavra ao Primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal. .....

..... **PRIMEIRO SECRETÁRIO (RUI CASEIRO)** –Começou por aludir à importância da promoção do empreendedorismo e apoio ao espírito empresarial. Destacou, neste campo, o projeto que a Comunidade Intermunicipal tem em desenvolvimento relacionado com a dinamização de uma plataforma eletrónica que visa apoiar investidores e empreendedores, compilando informação necessária para tal. Referiu, também, que a Comunidade Intermunicipal está a manter contactos com a AICEP no sentido de conseguir as parcerias e colaboração necessárias para que o território seja incluído no roteiro de captação de investimento. .....

No que concerne à educação para o empreendedorismo, transmitiu que esta área está contemplada no Programa Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, pretendendo-se com esta ação e, apesar da dimensão financeira reduzida que tem, estimular o espírito empreendedor nas crianças e jovens do território, através do recurso às novas tecnologias. .....

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** – Propôs à Assembleia que deliberasse sobre a divisão do ponto dois ponto dois em dois pontos, ou seja, o ponto dois ponto dois ponto um correspondente à análise, discussão e deliberação sobre a proposta do Conselho Intermunicipal-orçamento e plano plurianual de investimentos dois mil e dezanove/dois mil e vinte e o ponto dois ponto dois ponto dois, respeitante à autorização genérica para dispensa de autorização prévia da assembleia intermunicipal.

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A PROPOSTA, ESTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES.** .....

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** – Deu início à votação relativa ao ponto dois ponto um: análise, discussão e deliberação sobre a proposta do Conselho Intermunicipal-orçamento e plano plurianual de investimentos dois mil e dezanove/dois mil e vinte.

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A PROPOSTA DE ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOIS MIL E DEZANOVE/DOIS MIL E VINTE FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES.** .....

.....

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** – Informou que se encontrava aberto o período de esclarecimentos relativo à autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Intermunicipal e solicitou à Secretaria Intermunicipal, que explicasse o que está em causa neste ponto. .....

..... **SECRETÁRIA INTERMUNICIPAL (MANUELA OLIVEIRA)** – Referiu que a autorização genérica é uma formalidade que tem como finalidade autorizar os contratos realizados no próximo ano, que pela sua natureza venham a transformar-se em plurianuais, ou seja, passem para o ano civil seguinte. Para evitar a realização de uma Assembleia Intermunicipal extraordinária de modo a se proceder à adjudicação fica autorizado, genericamente, que nestes casos o Conselho Intermunicipal tem poderes para adjudicar e prosseguiu explicando que na reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal é apresentada a listagem para ratificação, nesta listagem consta a divisão das verbas que ficaram alocadas ao ano de dois mil e dezanove e as que ficaram alocadas ao ano seguinte. .....

..... O Presidente da Mesa informou que continuava aberto o período de esclarecimentos relativo a este ponto, tendo a mesa registado as inscrições dos Deputados Pedro Santos, José Pavão, António Carção e Carlos Ferreira. .....

..... **PEDRO SANTOS** – Solicitou o uso da palavra para dizer que, enquanto elemento desta Assembleia, considera que a proposta em análise não respeita a autonomia e importância deste órgão, secundarizando e desresponsabilizado o seu papel enquanto órgão deliberativo e afirmou que se constitui como dever da Assembleia Intermunicipal a promoção do debate, da discussão informada e neste sentido manifestou a sua discordância relativamente à proposta apresentada. .....

..... **JOSÉ PAVÃO** –Começou por manifestar a total solidariedade para com a posição assumida pelo Deputado Pedro Santos e prosseguiu dizendo que qualquer pedido do órgão executivo, em relação ao órgão deliberativo, deve ser objeto de análise pelo órgão deliberativo. Neste sentido, disse não concordar com a proposta em discussão pelo que iria votar contra a mesma. .....

..... **ANTÓNIO CARÇÃO** – Fez uso da palavra para salientar que a questão em análise se prende com o bom funcionamento do órgão, dizendo que este tem que funcionar, justificando assim a sua posição de votação favorável em relação à proposta apresentada. .....

..... **CARLOS FERREIRA** – Solicitou esclarecimentos à Secretária Intermunicipal sobre o número de vezes que se fez uso desta prerrogativa. .....

..... O Presidente da Mesa concedeu à palavra à Secretária Intermunicipal para resposta à questão formulada. .....

..... **SECRETÁRIA INTERMUNICIPAL (MANUELA OLIVEIRA)** – Respondeu à questão levantada dizendo que, no anterior mandato, foram presentes para ratificação três ou quatro contratos. .....

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL ESTA FOI APROVADA POR MAIORIA COM CINCO VOTOS CONTRA, SEIS ABSTENÇÕES E QUINZE VOTOS A FAVOR.** .....

.....

..... **PONTO DOIS PONTO TRÊS**- ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL-REVISÃO AO ORÇAMENTO DE DOIS MIL E DEZOITO.....

..... O Presidente da Mesa conferiu a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para prestação de esclarecimentos sobre este ponto. .....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Justificou a necessidade de fazer a revisão em baixa ao Orçamento de dois mil e dezoito com o facto de se ter verificado uma alteração profunda do decreto Lei n. °18/2008, de 29 /01 que aprovou o código da contratação pública e pelo atraso verificado no início previsto para as operações no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DE REVISÃO AO ORÇAMENTO DE DOIS MIL E DEZOITO ESTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE.**.....

.....

..... **PONTO DOIS PONTO QUATRO** – OUTROS ASSUNTOS .....

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** – Colocou à consideração da Assembleia a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento dos quatro profissionais ao serviço do Instituto Nacional de Emergência Médica, no território das Terras de Trás-os-Montes, na sequência do trágico acidente com o Helicóptero do INEM, ocorrido no dia quinze de dezembro.

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE. FOI TAMBÉM DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, DAR CONHECIMENTO ÀS FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS, AO INSTITUTO NACIONAL DE EMERGÊNCIA MÉDICA E À COMUNICAÇÃO SOCIAL DESTE VOTO.** .....

..... Seguidamente, o Presidente da Mesa abriu o período de inscrições. A Mesa registou a inscrição dos Deputados António Ferreira, Pedro Santos, Alfredo Teixeira, António Carção, Filipa Guerra, Francisco Bernardes e Jorge Dias. .....

..... **ANTÓNIO FERREIRA** – Usou da palavra para propor que fosse avaliada a possibilidade de descentralizar a realização das Sessões das Assembleias Intermunicipais. .....

..... **PEDRO SANTOS** – Interveio para apresentar uma proposta relativa à criação de uma estratégia e parceria para a inovação e valorização económica da fileira silvopastoril das Terras de Trás-os-Montes e passou a ler a proposta, que se transcreve: .....

"O renovado enquadramento dos instrumentos de gestão territorial e da identificação cadastral da propriedade rústica, de par com o processo de descentralização em curso, vêm atribuir às Comunidades Intermunicipais e aos Municípios responsabilidades muito acrescidas no domínio da promoção do ordenamento e gestão dos territórios rurais e da prevenção dos fogos florestais. .....

Avisadamente a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) está já a desenvolver um projeto inovador que visa tornar as Terras de Trás-os-Montes no "primeiro território do Norte de Portugal com um Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional, visando reforçar a vigilância e monitorização das zonas florestais (com mais câmaras de vigilância), contribuindo para otmizar recursos e melhorar respostas no campo da prevenção, deteção, gestão e combate a incêndios florestais". .....

Mas como sabemos a melhor forma de instalar a prevenção dos fogos e reduzir os riscos e perdas dos fogos rurais é assegurado a gestão das terras. Não é obrigando os proprietários a "limpezas" insustentáveis que vamos lá. No entanto, as condições da viabilidade económica dessa gestão ainda mais se agravam mais em boa parte da nossa zona raiana, já classificada como de elevado risco de desertificação face aos riscos que as alterações climáticas em curso nos estão trazendo. É por isso que, como todos sabemos, o abandono rural alastra e são cada vez mais fracas as condições de viabilidade económica de muitas das atividades agroflorestais, o que afeta já não só as pequenas propriedades

dispersas, mas mesmo de muitas explorações bem dimensionadas, cujos herdeiros foram para as cidades e não encontram a quem entregar essa gestão. .....

Por isso, além da urgente prevenção dos fogos, é forçoso que consigamos ajudar a viabilizar a gestão florestal das terras silvopastoris menos rentáveis das nossas explorações agroflorestais, que representam quase dois terços das suas terras (!!!), como convém não esquecer. .....

Os nossos produtores e proprietários florestais, que são afinal os mesmos produtores e proprietários das explorações agrícolas, carecem de novas perspetivas e de uma visão estratégica e dos meios necessários que possam ajudar a dar coerência e viabilidade aos usos e culturas da componente não agrícola das suas explorações agroflorestais. Como está à vista será essa viabilidade económica a única via para assegurar a desejada gestão sustentável dos nossos territórios rurais. .....

É, pois, premente que consigamos encontrar soluções (naturalmente várias, como são variadas as nossas paisagens) que permitam aos produtores e proprietários agroflorestais encontrar soluções para viabilizar ou sustentar a gestão das suas terras, sob pena de ver o abandono generalizado de boa parte do nosso território e das nossas aldeias, ... E daí ao recrescer dos fogos rurais é um passo! .....

Apoiar a formulação dessa visão estratégica e ajudar ao lançamento das parcerias de cooperação e dos meios necessários à sua concretização e a reforçar a ação coordenada dos vários agentes privados e públicos é seguramente uma das funções principais das Comunidades Intermunicipais. .....

Poderia ter um forte impacto neste domínio o lançamento de um processo organizado que, baseado nas produções e potencialidades dos espaços florestais e pastorais, nas indústrias e serviços (ambientais, turísticos, cinegéticos, etc), os que temos e os que podem ser lançados, aponte linhas de estratégia motivar o aproveitamento de oportunidades e soluções para as carências mais prementes, apontando caminhos e forma de ação para a sua concretização. Poderia até ser útil promover o lançamento de uma Parceria da Fileira SilvoPastoril das Terras de Trás-os-Montes, que construindo de forma partilhada uma estratégia nesse sentido, passe a assumir a dinamização sistemática da cooperação entre os vários agentes dessa fileira e da sua dinamização económica, identificando e ajudando a formatar novas vias, projetos e ações que aproveitem o nosso potencial de sustentabilidade e de criação de riqueza e empregos rurais de que tanto carecemos. .....

Está também em ultimação da segunda fase do Portugal 2020 e das novas politicas até 2030. E tomamos conhecimento recentemente que a Estratégia Nacional para as Florestas (aprovada em 2015) prevê a

criação de um "Estatuto Fiscal e Financeiro no Investimento e na Gestão Florestal", que visa reconhecer o "princípio de exceção às atividades não competitivas ou de longo prazo, sujeitas a riscos exógenos, criando condições para viabilizar uma gestão mínima e sustentada nestes territórios". É um instrumento que podem fazer toda a diferença nas condições de viabilidade económica das nossas explorações agroflorestais e da gestão das terras silvopastoris. .....

(Trata-se de um instrumento idealizado e formulado aquando da aprovação da Estratégia GERAR – Estratégia para a Gestão e Reestruturação Rural pela RCM 56/2012, que além deste instrumento lanço também a revisão do novo Sistema de Cadastral e a revisão do Código do IMI dos Prédios Rústicos, que, como sabemos, estão agora a ser concretizadas ou preparada por este Governo). .....

Ora as Terras de TM são seguramente uma das regiões onde isto é mais premente. .....

E, por isso, propõe-se que a CIM-TTM procure ouvir quem tem ideias concretas sobre esta matéria, para ver se por aí nos ajudam a criar uma visão estratégica e dos meios de que carecemos ou que podemos ajudar a lançar, numa perspetiva de longo prazo, que sirvam para enquadrar e melhorar a viabilidade económica e operacional das nossas explorações agroflorestais e dos nossos territórios, trazendo novas luzes à gestão das terras rústicas das nossas Terras de Trás-os-Montes." .....

..... **ALFREDO TEIXEIRA** – Destacou a importância do assunto introduzido pelo Deputado Pedro Santos, dizendo que é também um tema que está a ser trabalhado pela comunidade científica, dando o exemplo de um projeto em que o Instituto Politécnico de Bragança está envolvido e que visa estudar técnicas silvopastoris para combate e prevenção de incêndios através da instalação de campos de ensaio. Explicou que é um projeto desenvolvido no âmbito do SUDUE, envolvendo vários parceiros internacionais e que, no caso concreto da região de Trás-os-Montes, contempla a instalação de dois campos de ensaio, um na região da Terra Quente e outro no Alvão, recorrendo a ovinos, caprinos e equídeos para pastorear essas áreas. Fez questão de salientar, de modo a reforçar o anteriormente explanado pelo deputado Pedro Santos que a maior dificuldade que tiveram foi a de encontrar um pastor com uma área significativa de terra que permitisse ter células suficientes para obtenção de resultados fidedignos sobre esta temática. .....

Concluiu, dizendo entender que este assunto deveria merecer especial atenção por parte da Comunidade Intermunicipal, reforçando que a comunidade científica está empenhada e atenta a esta temática. .....

..... **ORLANDO BORGES** –Demonstrou, na sequência do repto lançado pelo Deputado António Ferreira, a disponibilidade de Alfândega da Fé para receber a realização da sessão da Assembleia Intermunicipal, dizendo também que seria uma ótima oportunidade para a Assembleia conhecer os resultados do projeto piloto "Balcão Único dos Prédios", que está a ser implementado neste concelho. Referiu tratar-se de um projeto da responsabilidade do governo relacionado com o cadastro de terrenos, que visa contribuir, também, para a prevenção dos incêndios florestais. .....

..... **ANTÓNIO CARÇÃO** – Saudou os Presidentes das Câmaras Municipais de Bragança e Vimioso, que marcaram presença na reunião e congratulou-se pelo facto de estes terem despendido o seu tempo para acompanharem os trabalhos, fazendo votos para que outros Presidentes de Câmara da área de abrangência da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes lhes sigam o exemplo. .....

..... **FILIPA GUERRA** – Informou que, no âmbito da prevenção de incêndios através da silvopastorícia, está aberto um Aviso destinado à realização de gestão de combustível com recurso à pastorícia. Referiu, que o Aviso está aberto desde outubro e que encerra a trinta e um de dezembro. Disse que, apesar dos incentivos concedidos e da divulgação efetuada junto de potenciais interessados, a adesão dos produtores está a revelar-se muito reduzida e concluiu sugerindo que, neste campo, a Comunidade Intermunicipal poderia avaliar a possibilidade de disponibilizar outros incentivos, que, associados a esta medida, conseguissem potenciar o interesse dos produtores. .....

..... **FRANCISCO BERNARDES** – Referindo-se a cadastro de terrenos, questionou o Conselho Intermunicipal sobre o papel da Comunidade Intermunicipal neste processo e de que forma tem acompanhado o seu desenvolvimento, perguntando também se há previsões relativas à sua implementação nos outros concelhos da área de abrangência da Comunidade intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. .....

..... **JORGE DIAS** - Abordou a temática da descentralização das sessões da Assembleia Intermunicipal para manifestar a disponibilidade de Mogadouro para acolher a próxima sessão da Assembleia Intermunicipal. .....

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** – Relativamente à descentralização das sessões da Assembleia Intermunicipal disse que têm que ser tidos em conta alguns critérios, sendo ponto assente que os locais onde já foram realizadas sessões serão preteridos. Referiu, também, que será condição essencial a existência de sistema de gravação no local a selecionar. .....

..... O Presidente do Conselho Intermunicipal solicitou o uso da palavra para resposta às questões colocadas pelo Deputado Francisco Bernardes, tendo-lhe sido concedido pela Mesa. .....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Esclareceu que a Comunidade Intermunicipal não tem qualquer intervenção neste processo, uma vez que é um projeto da exclusiva responsabilidade do governo. .....

..... O Deputado Pedro Santos solicitou o uso da palavra, tendo-lhe sido concedido pela Mesa. . .....

..... **PEDRO SANTOS** – Usou da palavra para retomar a questão da prevenção dos fogos florestais, dizendo que esta matéria é da competência das Comunidades Intermunicipais e que estas vão passar a desempenhar um papel preponderante neste campo. Disse que estas entidades deviam ser mais operacionais na prevenção dos fogos florestais e que a proposta apresentada pode contribuir para tal. Sugeriu que a Comunidade deveria promover um sistema de informação cadastral simplificado e, simultaneamente, contribuir para a revisão do Imposto Municipal sobre Imóveis dos prédios rústicos. Lançou um repto ao Secretariado Intermunicipal no sentido de se debruçar e analisar estas questões, que por serem muito concretas carecem de um plano operacional, concluiu. .....

..... O Deputado António Carção solicitou o uso da palavra, tendo-lhe esta sido concedida pela mesa. .

..... **ANTÓNIO CARÇÃO** – Expressou a sua satisfação pelo facto de existir um candidato do território à Presidência da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte e apresentou um voto de congratulação pela candidatura do Dr. Júlio Meirinhos à Presidência desta entidade. .....

.....

.....

..... E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, pelas dezassete horas e cinquenta minutos, lavrando-se a presente ata para constar. .....

A Mesa da Assembleia Intermunicipal

Luís Manuel Madureira Afonso
Presidente

Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto
Vice-presidente

Carlos do Nascimento Ferreira
Secretário